



Ata da Reunião Ordinária
Horário de Início: 14 horas
Local: Auditório Data: 16/09/21
do 7ª andar do Paço Municipal

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, as quatorze horas, Teles Eduardo Pivetta abre a reunião, representando o Presidente Manara que se encontra em gozo de férias. Teles inicia explicando que foi cogitado desmarcar a reunião, mas Manara achou importante manter o compromisso já agendado porque as pessoas se organizam para essa data. Justifica a ausência de Jeferson do Iepa, Ricardo da Unip e Elizabeth Bismark da Secretaria de Saúde. Em relação à última reunião, foi uma reunião extensa, e resolvemos transcrever a ata na íntegra, foram geradas mais de 130 folhas, ainda está acertando essa ata, para então poder votar a aprovação dela hoje tendo em vista que ainda depende de alguns acertos. Foi recebida também resposta da EDP, uma provocação do conselheiro Jeferson e como ele não está presente, vão deixar para apresentar essa resposta na próxima reunião. Telles passa para os informes e após irá tratar do chamamento público que talvez seja o tema mais importante da reunião. Um tema importante dos informes é a Semana da Árvore que será apresentada pelo Juarez do Departamento de Gestão Ambiental. Juarez cumprimenta a todos e pede para que seja colocada no telão a programação da semana estendida do Dia da Árvore do dia vinte um de setembro a seis de outubro. Sugere que todas as atividades descritas serão disponibilizadas para os conselheiros, Lembra que é uma série de atividades com plantio de árvores nativas, pomares nas escolas de toda a cidade, que será divulgado junto à comunidade. Teles concede a palavra ao participante Lucas Lacaz que pergunta se a programação é somente para os conselheiros ou se é pública, como será publicado, já que no ano passado teve uma atividade dentro do CTA que não

pode participar. Juarez responde que a prefeitura vai fazer a divulgação nas redes sociais de maneira geral que poderá ser público e privado durante essa semana ainda, antecedendo, essas informações vão estar disponíveis. Juarez responde que o evento que aconteceu no CTA, era um evento que faz parte do projeto Escola Sustentável que estamos começando a desenvolver com a Escola Pequenópolis no CTA e por conta da pandemia, a orientação da diretoria da escola, pediu que o evento fosse restrito. Teles agradece e passa para o próximo tema da pauta informes referentes à participação da prefeitura no Comitê de Bacias, chama Leonardo para trazer um breve informe. Leonardo trabalha na Divisão de Desenvolvimento Ambiental dentro do Departamento de Gestão Ambiental e inicia informando que o CBHPS- Comitê de Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul tem algumas câmaras técnicas e dentro dessas câmaras técnicas foram submetidos três grandes projetos que envolvem o município de São José e algumas outras regiões. Apresenta um quadro com três grandes projetos, “Ações para o Controle da Poluição Difusa e o Manejo Sustentável de Águas Pluviais”, um projeto que tem o seu valor total, o quanto que está sendo, solicitado do Fehidro em contrapartida, é um projeto que fala sobre essas estruturas de macrodrenagem do município de São José. Um segundo projeto, também tem ali o seu valor total, quanto está sendo tomado do Fehidro e a contrapartida, ele fala a respeito de uma obra de implantação de galeria de águas pluviais no João do Pulo, na região sul de São José. E outro projeto que é “Águas da Mantiqueira”, ele fala a respeito de um Plano de Gestão Distrital de São Francisco Xavier, o PGD, quanto é que tá sendo solicitado do Fehidro e a respectiva contrapartida. Teles agradece Leonardo e fala que também faz parte da Câmara Técnica de Assuntos do Comitê de Bacias e que estão revendo o regimento interno e que infelizmente não pode participar da reunião de hoje que aconteceu no começo do dia, mas é o tema que está sendo trabalhado nessa Câmara Técnica. Com a palavra Renato Veneziani que comunica a todos que no Comitê foi aberto um novo edital de chamamento a partir de primeiro de



outubro até final de outubro que está recebendo os projetos e que as regras estão no *site* do Comitê. Teles agradece Renato e segue para o próximo tema com a apresentação sobre o Código de Obras e passa a palavra para engenheiro o Rodolfo, que cumprimenta a todos, os presentes e os que participam virtualmente, e que conforme foi enviado para todos os conselheiros, foram concluídas as ações os trabalhos para gente finalizar a minuta do texto do novo código de edificações. Foram complementados com os decretos regulamentando os procedimentos dos processos e o decreto regulamentando a utilização dos itens de sustentabilidade, para desenvolvimento das construções sustentáveis no município. Agradece a todos os conselheiros que participaram em particular a professora Valdirene, a doutora Fernanda, a engenheira Fabiana, que Contribuíram nas Câmaras Técnicas, nas reuniões conjuntas que foram realizadas, dando sugestões, fazendo as críticas, fazendo os apontamentos para a melhoria do texto do novo código. No texto que foi enviado para todos, foca em alguns *slides* de forma breve principalmente os itens de sustentabilidade e o que ficou definido. Rodolfo passa a palavra para a arquiteta Ana Cândida trazer a passagem das informações e como ficou definido no Código de Edificações. Informa que o novo código terá dois decretos regulamentadores, um deles é o de sustentabilidade e toda edificação, tem que atingir uma pontuação mínima, então, existe uma relação, e a proposta é uma relação de itens de sustentabilidade. Então toda edificação até 1000 metros quadrados vai ter que atingir 75 pontos e as edificações com mais de 1000 metros quadrados 150 pontos. E a edificação com até 1000 metros quadrados que atingir acima de 250 pontos vai obter o selo municipal de edificação sustentável. E a edificação com mais de 1000 metros quadrados que atingir acima de 500 pontos, também obtém esse selo e pode ter o benefício do *fast track* na agilidade na análise dos processos de grandes empreendimentos. Com relação a essa listagem, além de atingir uma pontuação mínima a ideia é que seja uma orientação também para as pessoas construírem de forma sustentável. Então vamos apresentar uma

listagem como se fosse um guia para poder edificar de forma sustentável. Então uma lista de estratégias sustentáveis com certificações já existentes também. A arquitetura bioclimática, aquecimento solar, tem um leque de possibilidades de sustentabilidade para as edificações. A questão de reaproveitamento de água pluvial, jardim de chuva, aquecimento solar, telhado verde, é, áreas permeáveis, arborização, painel fotovoltaico. Rodolfo segue falando com relação a mais de 80 itens que foram distribuídos como estratégias de sustentabilidade para a obtenção daquela pontuação. É, com isso se conclui os trabalhos técnicos de elaboração do texto do código, fluxograma e encaminhamento para diretoria técnica, o legislativo, para validação da formatação legal do texto e na sequência o encaminhamento para a Câmara Municipal para votação. Rodolfo informa que a mesma apresentação foi feita para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano na semana passada e alguns conselheiros apontaram alguns questionamentos em relação à cobrança que foi definida pelas análises tanto da aprovação quanto do Habite-se, a questão da concretagem, a questão de utilização de bandejas, o pagamento das taxas, e desvinculação entre autor do projeto e responsável pela execução. E como os conselheiros que participaram das câmaras técnicas pelo CMDU solicitaram uma nova reunião, para fazer um refinamento desses únicos itens apontados, predefinimos uma reunião e vamos ver quais são os conselheiros que participaram e se há o interesse deles nessa discussão desses pontos que foram elencados na semana passada, especialmente para doutora Fernanda, a professora Valdirene e a engenheira Fabiana, confirmarem se têm o desejo de participar dessa reunião, inicialmente programada para quinta-feira da semana que vem às 14h, na prefeitura no sexto andar. No mesmo local onde realizamos as reuniões conjuntas de câmaras técnicas. Rodolfo abre para os participantes virtuais, se manifestarem se há o interesse de participação nessa reunião que ocorrerá na semana que vem. Com a palavra Fabiana da Aconvap se pronuncia e gostaria de esclarecer esses pontos e o gabarito de altura é outro item que a gente também tem que esclarecer. Com a

palavra doutora Fernanda da OAB. Que informa que infelizmente não vai poder participar, pois tem audiência praticamente no mesmo horário, meia hora depois. Agradece, mas infelizmente não vai conseguir participar. Rodolfo agradece doutora Fernanda e a todos os conselheiros e população que contribuíram com o texto do novo código. Reitera como falado na reunião da semana passada no CMDU, que não é um código da prefeitura, para toda a cidade. Vai definir uma linha de conduta para as novas edificações do município a serem aprovadas a partir da promulgação do novo texto de lei. Agradece a todos os conselheiros que contribuíram de alguma forma para a construção do texto, que teremos um refinamento na semana que vem e o encaminhamento do texto de lei para a Câmara Municipal para votação. Assim, efetivamente teremos instituído o novo código de edificações, as inovações e principalmente os elementos de sustentabilidade que vão contribuir para uma modificação na forma de construir na cidade. Lembrando que muitos desses elementos de sustentabilidade propostos nessa relação com mais de 80 itens propostos contribuem para a redução dos valores de outorga onerosa para as edificações. Quem adota os elementos de sustentabilidade tem uma redução substancial nos percentuais correspondentes a eventual aquisição de outorga onerosa, potencial construtivo pela outorga onerosa. Rodolfo encerra sua apresentação agradecendo a todos. Telles passa a palavra para Lucas Lacaz que pergunta se nessas práticas da construção também tem algumas práticas como lixeira, composteira, corte de grama, recolhimento de galho, se tem alguma diretriz nesse sentido, que a prefeitura coloca folha de árvore dentro de saco plástico e leva para o aterro sanitário, e ele vê com muita estranheza o nome de sustentabilidade dentro de uma secretaria, tem visto podas que são amputações de árvores. Rodolfo responde a Lucas que com relação às podas, as áreas externas, infelizmente cabem aos nossos colegas da Secretaria de Manutenção da cidade te encaminhar uma resposta. Com relação às edificações, aos usuários das edificações, dentre aqueles mais de 80 itens está previsto a questão da

compostagem e foi um dos itens elencados nos critérios de sustentabilidade das edificações. Teles inicia a apresentação do chamamento público com recursos do Fumcam, e passa aos conselheiros que fará uma apresentação das entidades habilitadas, com um pequeno resumo dos projetos e, por fim, a votação e a hierarquia das entidades contempladas com recurso do Fumcam. Os projetos já foram disponibilizados a todos os conselheiros há alguns dias. Dando continuidade Teles fala que na data de hoje fará a hierarquização das entidades, ou seja, fará a classificação, onde os primeiros colocados, até o limite global de 200.000 reais que serão contemplados com um financiamento de recursos por meio do Fumcam. Apresenta um breve histórico do que foi o chamamento, lembra-se de uma apresentação da proposta junto ao COMAM, em uma ou duas reuniões em que fez um breve comentário sobre o chamamento, o formato e após foi aberto um processo administrativo na prefeitura, houve um parecer jurídico acatando o procedimento, uma definição das áreas temáticas do edital, essas áreas foram trazidas ao COMAM, onde foram feitos apontamentos, promoveu outras áreas que não constavam inicialmente da minuta do edital e posteriormente, em 23 de julho, foi publicado o edital de chamamento. Houve a previsão de uma sessão pública de esclarecimentos realizada no dia nove de agosto, alguns conselheiros participaram dessa reunião, ela serviu para tirar dúvidas daqueles que gostariam de participar do edital e até mesmo dos conselheiros com relação a alguns dispositivos. Teles menciona que foi bem interessante à reunião realizada, uma ata dessa reunião foi feita e posteriormente incrementaram-se os esclarecimentos com uma nota junto ao Portal de Transparência do município. No dia 10 de setembro, foi publicada a habilitação das entidades, após uma análise da prefeitura e do Conselho Gestor do Fumcam. Assim, na data de hoje será feita a hierarquização das entidades, a votação. Teles coloca no telão uma imagem do Portal da Transparência, onde consta o chamamento público e todas as informações, o edital, as notas de esclarecimentos, os projetos enviados, a página foi alimentada com mais

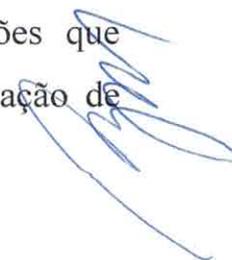
informações. Na data de ontem finalizou o prazo recursal, três entidades apresentaram recurso, duas delas, obtiveram o deferimento e uma permaneceu inabilitada. Foi disponibilizado QR Code dessa apresentação no *site* do COMAM e pode ser acessada essa página do Portal da Transparência. Será possível ver como está sendo a seleção de projetos, a previsão do edital. Foi esclarecida na sessão de chamamento, uma fase inicial de habilitação onde a comissão de seleção interna da prefeitura verificou toda a documentação. Teles faz um agradecimento a toda a equipe de gestão de contratos e em especial a Derick e a Lilian, que contribuíram muito com esse edital. Ao Luquini, Maiara e a Lívia, assim como os conselheiros que fazem parte do Fumcam que se debateram para habilitar as entidades, verificar a documentação. Após a verificação da comissão de seleção, essa análise foi passada para o Conselho Gestor do Fumcam, onde ratificou, inclusive escolheu com base na importância ambiental dos projetos apresentados, alguns projetos que serão recomendados para votação. Teles explica que foi publicada a relação de habilitados e inabilitados e hoje é a votação para hierarquizar os projetos que serão contemplados. Então todas essas fases fazem parte da seleção dos projetos. Explica que alguns itens foram verificados em cada um dos projetos para obter a pontuação mínima e passar para a próxima fase e fossem habilitados e que teve que debater com os membros para analisar os projetos. Teles passa a discorrer as entidades que foram habilitadas pela comissão de seleção; Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba com o projeto “Malha de Trilhas do Parque Natural Augusto Ruschi”; o Instituto Pró-Carnívoros com o projeto “Lobos de São José dos Campos”; o Centro de Estudos da Cultura Popular com o projeto “Educação Ambiental na Escola Nelson Nascimento Monteiro”; a entidade Cooperativa de Trabalho e Produção Coopertech Resíduos Eletrônicos de São José dos Campos com o projeto “Arte Reciclável – Educar para um futuro sustentável”; entidade Obra Social Célio Lemos com o projeto “Agricultura Urbana e Cozinhas Sustentáveis”; o Centro Ambiental e

Artístico Cultural Eduardo Bonetti com o projeto “Monitoramento de Fauna Silvestre”; o Instituto Abepoli Elena Josefa de Oliveira com o projeto “Inclusão do tema sobre a importância das abelhas nativas sem ferrão na educação ambiental”; a Associação Celebrieros com o projeto “Ação Meio Ambiente Plural”; a Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente com o projeto “Cuidar do lixo que não é lixo – Dever da escola sustentável”; o Instituto Socioambiental Suinã com o projeto “Cenários do Banhado a partir do olhar das mulheres”; a Fundação Valeparaibana de Ensino, FVE, com o projeto “Cras Univap”; e o Instituto Regeneração Global com o projeto “Jogo da Regeneração”. Essas foram as 12 entidades habilitadas, foram 15 propostas, três entidades não foram habilitadas para a próxima fase. No portal temos um QR Code, atalho para acesso dos projetos apresentados no chamamento. E independente da habilitação ou não os conselheiros tiveram acesso aos 15 projetos e também puderam acessar por meio desse *link*, interessante é que mesmo os projetos não contemplados, que não consigam obter o recurso do Fumcam hoje, são projetos que vale a pena ler, pode ser que alguma entidade, um instituto tenha interesse em desenvolver o projeto. Os projetos foram apresentados para o Secretário Manara que se surpreendeu com a qualidade dos projetos e com a quantidade de ideias diversificadas que foram apresentadas no chamamento. A ideia do secretário é seguir adiante e no final do ano ou no início do ano que vem, haja um novo chamamento, num modelo bem parecido com esses voltados à utilização de recursos do Fumcam. Teles informa que vai apresentar um *slide* com um resumo de todos os projetos para depois expor para votação. Esclarece que tem duas entidades que fazem parte do COMAM, o IRG, o Instituto Regeneração, e a Univap e que elas não vão poder fazer parte da votação e nem fazer defesa de projetos até para que tenha igualdade com os demais participantes. Teles abre a palavra agora para os conselheiros antes de apresentar os demais projetos, e para gente aproveitar esses últimos 10min do *link* que vai completar uma hora. Na fase de votação, não vai abrir a palavra



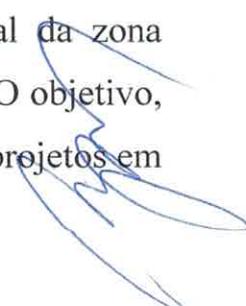
para quem for munícipe ou convidado, mas tão apenas para os conselheiros que são os julgadores dos projetos. Segue a plenária e Telles dá continuidade informando que o Conselho Gestor do Fumcam se reuniu e debateu sobre a metodologia da votação, e qual a melhor forma de hierarquizar as entidades. Houve um acordo de indicação de algumas entidades, recomendadas para que fosse colocado para a plenária do COMAM, mas, de qualquer forma, será apresentada todas as entidades habilitadas, com um resumo dos projetos. E, posteriormente vai apresentar às entidades que foram recomendadas pelo Conselho Gestor e no final inicia a votação. Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, o projeto é “Malha de Trilhas do Parque Natural Augusto Ruschi”, é tem, por fim, contribuir na geração de infraestrutura do Parque Natural Municipal Augusto Ruschi, conferindo o acesso de forma mais apropriada para pesquisadores e futuramente à população geral. É como objeto, realizar diagnóstico para elaboração da malha de trilhas do Parque Natural Municipal Augusto Ruschi e como objetivo levantar as necessidades de infraestrutura e conectividade para a implantação de corredores turísticos, de traslado e de estada no Parque Natural Municipal Augusto Ruschi. O orçamento proposto para esse projeto é de 59.826,45 reais. Centro de Estudos da Cultura Popular é um projeto dedicado à educação ambiental na Escola Nelson do Nascimento Monteiro. É um projeto socioambiental de implantação de composteira para a realização de diversas atividades na horta escolar e Jardim das Sensações. Compostagem como instrumento de educação e desenvolvimento da compreensão de conceitos interdisciplinares. Tem por objeto a compostagem como uma ação cooperativa e socioambiental no processo de aprendizagem. Tem como objetivo a educação ambiental utilizando a compostagem como ferramenta, promover a implantação de sistema de compostagem como instrumento de educação ambiental na Escola Nelson Nascimento Monteiro, estimular os estudantes e professores na utilização de metodologias a partir do processo de compostagem, tornar o Jardim das

Sensações um espaço cultural e de produção de conhecimento interligado à sala de leitura da unidade escolar, possibilitando boas práticas replicáveis às outras escolas. Esse projeto tem como proposta o orçamento de 100.000 reais. Instituto Socioambiental Suinã, o projeto é “Cenários do Banhado a partir do olhar das mulheres”. A produção de um documentário protagonizado pelas mulheres do banhado tem o potencial de sensibilizar o público em geral e de promover a educação ambiental a partir do reconhecimento de soluções domésticas para problemas econômicos e financeiros enfrentados por essas mulheres em seu cotidiano, sobretudo aqueles relacionados ao consumo de água e de energia para atender as necessidades básicas, além de promover o debate e a reflexão sobre outras formas de organização social possível. Tem por objeto, o uso de ferramentas de educação ambiental e educomunicação, levantar informações e propostas em apoio às unidades de conservação APA do Banhado e Parque do Banhado a partir da coprodução do conhecimento dos atores locais com enfoque para o protagonismo feminino. É, objetivo, fortalecer o reconhecimento local e global de atributos do patrimônio das unidades de conservação identificados a partir de atores locais. O orçamento para esse projeto é 99.919,36, Associação Celebereiros, projeto “Ação Meio Ambiente Plural”. Educação socioambiental com base na produção de alimentos e compostagem de resíduos orgânicos dentro do contexto urbano. O projeto se enquadra no eixo da educação ambiental de agricultura urbana trabalhando com educomunicação e capacitação em produção audiovisual para os participantes. Objeto, o projeto se propõe a realizar dois cursos de capacitação profissional em educação ambiental e educomunicação que serão realizados em duas escolas e duas comunidades da cidade semanalmente pelo período de três meses. O foco será a criação e manutenção de hortas comunitárias. Será produzido um minidocumentário, um fórum comunitário e dois programas de TV visando formar uma rede de agentes ambientais. Tem por objetivo promover programas, projetos e ações que resultem no fortalecimento do tecido social de comunidades em situação de



risco e de vulnerabilidade sociais, em especial para crianças, adolescentes e jovens. Tem um orçamento de 100.000 reais. Instituto Abepoli Elena Josefa de Oliveira, projeto inclusão do tema sobre a importância das abelhas nativas sem ferrão na educação ambiental nos parques e escolas da rede municipal de São José dos Campos. As abelhas são de grande importância na polinização da flora e manutenção da biodiversidade. 90% da flora nativa da Mata Atlântica dependem desses animais. As abelhas sem ferrão podem ser utilizadas como instrumento didático por não apresentarem risco e, desta forma, o trabalho de educação ambiental desenvolvido nos parques e nas escolas municipais poderá ser estratégia importante para o desenvolvimento sustentável. O objeto é educação ambiental nos parques e escolas da rede municipal, localizadas no município de São José dos Campos. O objetivo é a inclusão do tema na importância das abelhas sem ferrão na educação ambiental nos parques e escolas da rede municipal, mostrando a importância das abelhas nativas sem ferrão pra manutenção da biodiversidade e aumento da produtividade agrícola. O orçamento é 99.495 reais. Esclarece que foi feito um filtro nos projetos e algumas recomendações, mas isso não exclui os projetos já apresentados. Centro Ambiental e Artístico Cultural Eduardo Bonetti, o projeto é "Monitoramento de Fauna Silvestre". A criação de um núcleo de monitoramento de fauna silvestre e suas relações urbanas no município de São José dos Campos com equipe capacitada para tratar de assuntos que envolvam os animais silvestres no meio urbano. O objeto é o monitoramento das ocorrências em tempo real por meio de um aplicativo, onde o cidadão ou órgãos públicos poderão registrar animais que estiverem em sua casa ou local público por meio de registros, gerando ocorrências para animais debilitados ou machucados, onde terá a filtragem pela equipe técnica, assim, direcionando aos órgãos de resgate e prestando apoio em ocasiões em que o órgão não estiver disponível. As informações coletadas serão destinadas ao banco de dados do projeto para a elaboração de estudos técnicos e tomadas de decisão. O objetivo é

realizar o monitoramento das ocorrências de animais silvestres e suas relações com o meio urbano através da criação de um banco de dados e estudos técnicos para a compreensão dos impactos sobre a fauna silvestre e pelas atividades antrópicas. O orçamento do projeto é 98.516,70. Obra Social Célio Lemos, “Agricultura Urbana e Cozinha Sustentáveis”. Atualmente a população brasileira, assim como a população local, enfrenta um quadro de alimentação de baixa qualidade, pouco acesso à informação natural, saudável e de baixo custo. Há a ocorrência também de restrição de alimentos devido a sua sazonalidade. Objeto, produzir, conservar e consumir alimentos naturais, saudáveis e acessíveis em formas diferentes de apresentação, tais como desidratados, secos ou em pó, reduzindo o custo dos alimentos, especialmente fora de época, assim com eventuais desperdícios de colheita dos legumes, frutas, verduras da horta orgânica. Objetivo, reduzir e combater desperdícios de frutas, legumes e verduras produzidos na horta, estimular novo conceito de alimentação saudável e natural para alunos, funcionários, familiares e voluntários da obra, aumentar o aproveitamento de alimentos gerados na horta e melhorar o conteúdo nutricional das refeições. O orçamento do projeto é de 71.615 reais. Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente, projeto “Cuidar do lixo que não é lixo – Dever da escola sustentável”. A situação do saneamento ambiental é grave, em especial dos resíduos sólidos e dos reduzidos indicadores de aproveitamento, reciclagem, e adesão à coleta seletiva. A falta de conscientização do potencial econômico e dos problemas de saúde pública propõem o uso da educação ambiental nas escolas municipais de ensino fundamental para a formação de cidadãos conscientes e preparados para o enfrentamento desse problema. O objeto, o problema da disposição final dos sólidos, o lixo, elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Escolar, PGRSE, combinado com a educação ambiental na comunidade escolar do ensino fundamental da zona norte, envolvendo professores, funcionários e familiares dos alunos. O objetivo, elaborar e aplicar um PGRSE de forma participativa e integrada aos projetos em



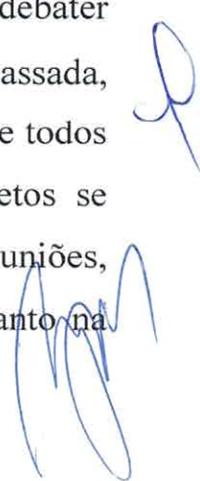
andamento e as atividades de educação ambiental com os alunos do ensino fundamental nas escolas públicas municipais e valendo-se de estratégias pedagógicas. O orçamento de 99.750 reais. Instituto Pró-Carnívoros, projeto “Lobos de São José dos Campos”. Os lobos-guarás são um dos canídeos mais ameaçados do Brasil, classificada como vulnerável em território nacional e como quase ameaçada em nível internacional, com a projeção de redução em 30% das populações pelos próximos 30 anos, então a projeção é preocupante já que os lobos-guarás são considerados espécies chave do domínio fitogeográfico do cerrado por sua função ecológica como dispersor de sementes. Dessa forma, mostra-se urgente conhecer mais sobre a ocorrência e a saúde dos lobos-guarás do município, informações atualmente desconhecidas. As ações do projeto serão voltadas à sensibilização da população joseense sobre os lobos-guarás. Esse projeto também auxiliará a nortear decisões sobre solturas de eventuais indivíduos que entrarem no perímetro urbano sendo capturados por autoridades locais. O projeto tem por objetivo geral avaliar as ameaças, a sua sobrevivência e desenvolver estratégias direcionadas à conservação e manejo da espécie nas áreas do município. O orçamento do projeto é 99.550 reais. Cooperativa de Trabalho e Produção Coopertech Resíduos Eletrônicos de São José dos Campos, projeto “Arte Reciclável – Educar para um futuro sustentável”. Segundo o Idec, que é Instituto de Defesa do Consumidor, os consumidores têm dúvidas sobre como destinar corretamente o seu lixo doméstico. A Coopertech tem como objetivo reciclar o resíduo eletro, eletrônico da cidade. Objeto, a proposta intitulada “Educar para um futuro sustentável” consiste em promover educação ambiental por meio de uma visão sustentável e inovadora com aplicações econômicas, sociais e tecnológicas para o público joseense em locais públicos da cidade, entidades assistenciais, órgãos públicos, cooperativas, escolas ou empresas. Objetivo, por meio de exposições com obras de artes produzidas com resíduos eletros, eletrônicos promoverem a educação ambiental, por meio de palestras transmitirem os conceitos de sustentabilidade e por meio

de oficinas incentivarem de uma maneira lúdica as técnicas de robótica, TI e eletrônica em que os participantes interajam com materiais reciclados. O orçamento desse projeto é 20.000 reais. Fundação Valeparaibana de Ensino, “Cras Univap” é o nome do projeto. Em estudos realizados com dados recebidos do Cras Univap, verificou-se que as aves ocupam 80% do total de animais recebidos e, destes, os psitacídeos correspondem a 23%, sendo equivalente a 1965 psitaciformes de diferentes espécies. Ao longo dos anos esse número aumentou devido às apreensões pelos órgãos públicos e pela entrega voluntária dos munícipes. Objeto, todas as atividades serão realizadas no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, o Cras da Univap do Vale do Paraíba, Universidade do Vale do Paraíba. O objetivo, atendimento pelo período de dois anos de parte da demanda de recebimento de psitacídeos silvestres doados, acidentados ou apreendidos pelos órgãos de fiscalização ou de munícipes da região, prestação de atendimento adequado para primordialmente reintegrar esses animais a natureza, realizar treinamento de fauna para o setor público com o objetivo de otimizar momentos de interação entre o homem e a fauna. O orçamento desse projeto é 96.342,64. Instituto Regeneração Global, projeto “Jogo da Regeneração”. A temática da sustentabilidade está em plena ascensão na sociedade e alcança maior notoriedade e relevância em vista as alterações climáticas e indicadores ambientais que demonstram graves consequências caso a humanidade não se empenhe na implementação das políticas e práticas pautadas pelo desenvolvimento sustentável. O objeto é a aplicação presencial durante 12 meses de ferramenta pedagógica para educação ambiental, “Jogo da Regeneração” e oficinas educativas para estudantes da rede pública estadual de educação e servidores públicos de áreas relacionadas à sustentabilidade, urbanismo e meio ambiente de São José dos Campos. O objetivo principal do projeto é contribuir para a formação cidadã e a educação ambiental de jovens e servidores públicos. A aplicação do “Jogo da Regeneração”, o objetivo é o ensino e compreensão dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU,

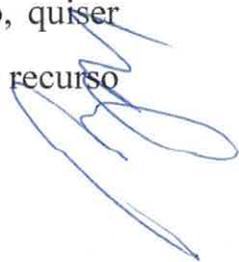
desenvolvimento de senso crítico, retórica argumentativa e raciocínio focado em soluções de problemas abrangentes. O valor do projeto é 46.780 reais. Esse foi um apanhado de todos os projetos habilitados que apresentamos. Foi uma adaptação para que todos tenham conhecimento e para que relembrem o que já devem ter lido de todos os processos habilitados. A proposta é abrir a palavra para os conselheiros, é, posteriormente, deliberar sobre a ratificação, agora conhecendo todos os projetos, da utilização dos recursos do Fumcam que seria o valor de 200.000 reais como valor global, posteriormente a ratificação do procedimento adotado no chamamento público. Tudo que foi apresentado consta no Portal da Transparência e posteriormente passaremos a discutir a metodologia de hierarquização dos projetos. Telles deixa os conselheiros à vontade para defender uma ou outra ideia, um projeto que tenha achado mais interessante, mais recomendável ou não. Após passará a discutir a metodologia aprovada pelo Fumcam, se o conselho aprova ou não. Com a palavra Fabiana da Aconvap que pede esclarecimento se esse financiamento feito ao projeto, Fumcam acompanha a aplicação dessa verba? - ele tem medidor de eficiência? - esse projeto está sendo de fato executado, se não está, se o dinheiro é devolvido?- Como é feito o pagamento, é por medição e como funciona? Telles agradece e responde a Fabiana que vai existir um acompanhamento, terá um fiscal para o contrato e acompanhamento do projeto. Os projetos apresentados têm o cronograma de recebimento dos recursos, não vão receber de uma vez, mas de forma parcelada na medida em que forem cumpridas as etapas. E caso a entidade não consiga desenvolver o projeto de forma adequada, ela pode inclusive ser penalizada ou deixar de receber as verbas pendentes ou até mesmo devolver o que já recebeu. Com a palavra Lincoln Delgado que cumprimenta a todos e informa que participa da Câmara Técnica dos fundos. Que a equipe se debruçou numa reunião para poder elencar algum critério para trazer para a plenária a respeito dos projetos. O ideal seria até que se pudessem contemplar quais são os projetos a ser aprovado fazer uma defesa técnica disso como

comumente é feito no Comitê de Bacias do Rio Paraíba do Sul. Há uma Câmara Técnica que se debruça em analisar os projetos e leva para a plenária decidir. A plenária sempre soberana a dizer “sim” ou “não” a esse projeto ou até puxar outro projeto que eventualmente não foi contemplado pela Câmara Técnica. Aqui no COMAM foi feito um filtro, para todos contemplar o máximo de projetos possíveis. Sugere uma regra de lançar três editais por ano, os recursos podem existir suficientes para contemplar vários projetos no decorrer do ano. Os 200.000 reais pode contemplar dois projetos de 100.000 reais, portanto, dois projetos já esgotariam esse recurso. Como há projetos com valores menores é possível encaixar um projeto de 100.000 reais, outro de 70.000 reais e outro de 29.000 reais, portanto dariam também os outros 200.000 reais. Lembra que foram contemplados projetos de fauna, educação ambiental e resíduos sólidos e que boa parte dos projetos de educação ambiental, eles envolvem questões de resíduos sólidos e há alguns critérios a serem adotados. Um com mais abrangência, outros menos abrangência. Vamos contemplar, por exemplo, um de fauna, um de educação ambiental e um de resíduos. Esclarece que não existe obviamente um critério definido para que a plenária possa decidir a respeito de quais projetos serão contemplados e a plenária é soberana para definir. Telles agradece Lincoln e passa a palavra para Dra Fernanda Fowler que cumprimenta a todos e informa que leu alguns projetos, que são muitos acontecimentos ambientais na cidade, nem sempre é possível se ater a todos os detalhes dos problemas ambientais que acontecem, motivo pelo qual solicita que os projetos sejam enviados aos conselheiros com no mínimo 30 dias de antecedência, inteiros, tudo o que foi apresentado para poder avaliar. Que é muito sério e de muita responsabilidade de decisão. Sugere que poderia ter prazo de 60 dias para avaliar os projetos por inteiro. Apesar de ter a Câmara Técnica, acredita que isso é uma sugestão que vem a calhar. Telles agradece a sugestão e passa a palavra para Juarez do Departamento de Gestão Ambiental que parabeniza o Dr. Teles, e aos membros da Câmara Técnica que se debruçaram arduamente sobre

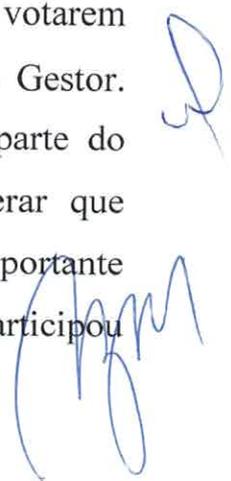
esse tema e sobre os projetos. Confessa que ainda não tinha visto os detalhes de todos os projetos, mas, com a preocupação, inclusive com o que a Fabiana se manifestou, sobre a execução dos projetos e o conteúdo. Alguns dos projetos apresentados têm interface com algumas instituições e órgãos públicos. Quando se fala, por exemplo, do Parque Augusto Ruschi envolve a prefeitura, quando se fala de escolas, inclusive citam algumas escolas nominalmente nos projetos. E como sugestão a exemplo do que se faz no Comitê de Bacias, o projeto com todas as suas etapas e as prestações de contas. O Fehidro disponibiliza os projetos que são financiados no *site*, podemos verificar as etapas, se houve prestação de contas, sabe exatamente o que foi feito em cada projeto, até para controle social desse recurso que está sendo implantado. Telles agradece e informa que esse foi um projeto-piloto, que o secretário Manara desde o início do ano passado vem discutindo sobre a possibilidade de utilizar recursos do Fumcam para financiar projetos voltados à área ambiental. Foram feitas pesquisas em diversos municípios para entender o funcionamento e que foi usado como base para tentar fazer um modelo parecido como o de Recife. Como primeira experiência verificou que muita coisa pode ser alterada, pode ser melhorada no edital. Por exemplo, podemos prever no edital uma apresentação dos interessados junto ao COMAM, disponibilizar uma reunião extraordinária para apresentação dos projetos. Dessa forma, aquele que realmente está participando com a proposta, ele seria o apresentador do projeto. Seria, uma alternativa interessante para os próximos editais. E um prazo maior de repente, que a Fernanda comentou, para análise dos projetos, acha realmente recomendável e interessante para que as pessoas tenham mais tempo de debater em cima dos projetos. Os projetos foram disponibilizados na semana passada, sete dias, realmente, talvez seja um prazo um pouco curto para análise de todos os projetos. Mas a Câmara Técnica e o grupo de seleção dos projetos se debruçaram vários dias sobre ele e se isso conforta vocês, tiveram três reuniões, de três períodos, debruçando ponto por ponto, tanto na habilitação quanto na



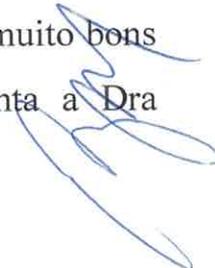
qualidade dos projetos, das metas, na viabilidade etc. A proposta do Conselho Gestor é fazer um filtro para que facilite a votação pelo plenário do COMAM. O edital foi feito de forma legal, com o aval do departamento jurídico para que não haja nenhum prejuízo a nenhum dos proponentes e que o trâmite transcorra dentro da legalidade. Teles acha bem-vinda essa questão do prazo que a Dra. Fernanda colocou, de disponibilizar um prazo maior para os conselheiros terem acesso aos projetos. Os documentos disponibilizados são anexos de estatuto, cartas de comprovação de atividade. Os projetos foram todos disponibilizados aos conselheiros. Com relação à metodologia de votação, temos a lista de todos os conselheiros e cada um tem direito a um voto, seja titular ou suplente. Teles esclarece como será a votação, e a ideia é passar um por um, com uma rodada de votação, e votar no projeto vencedor. Depois da rodada do primeiro vencedor, será feita uma segunda rodada para o segundo colocado, terceiro até o quinto seja suficiente. Caso, ainda que extrapole os 200.000 reais podem acontecer de uma entidade, não ter os documentos necessários para concretizar o contrato, nesse caso precisamos aprovar mais entidades do que o número do orçamento previsto. Teles acredita que cinco é um número interessante, respondendo a pergunta do Juarez, com relação à autorização de outras instituições como, por exemplo, escolas municipais, já foi objeto da sessão de esclarecimentos que foi feita no chamamento. No edital consta que o COMAM deve ratificar, uma vez conhecidos os projetos, se ratifica essa disponibilidade dos 200.000 reais, ou se encerraria por aqui o edital de chamamento, mas precisaria deliberar sobre esse tema e que os *links* dos projetos foram disponibilizados com senha para acesso. Como somos julgadores dos projetos, a ideia é que não seja disponibilizado para terceiros, uma vez que tem direitos autorais. Esse procedimento foi feito para que os conselheiros tenham acesso e conhecimento de todos os projetos, mas não apenas dos que forem contemplados. Evidente, se alguma entidade tiver interesse no projeto, quiser fazer alguma parceria terá total liberdade. Com relação à utilização do recurso



do Fumcam, 200.000 reais, vamos colocar em votação para ratificar a possibilidade de utilização desse recurso. Teles pede que os conselheiros se manifestem se for contra a utilização do recurso, e quem for a favor da gente dar continuidade ao procedimento e financiar os 200.000 reais que, que permaneça em silêncio. Sem manifestação contrária, fica ratificada a disponibilidade do recurso para utilização dos projetos do edital de chamamento. Com relação ao procedimento e a tudo o que está disposto no Portal da Transparência, os projetos apresentados, vamos colocar em votação para ratificar esse procedimento que foi realizado até o momento. O Conselho Gestor debateu com as entidades que se encontravam habilitadas, levou se em consideração, os valores apresentados, a possibilidade de contemplar mais de duas entidades, ou mais de um tema e de acordo com a previsão do edital, foi escolhida sete entidades, tendo em vista a importância ambiental, o favorecimento à educação ambiental, a carência em alguns pontos que a municipalidade tem em determinados programas ou a possibilidade de melhoria de determinados programas no município ou a inovação de determinados programas. Tudo isso foi levado em consideração para a escolha de sete entidades e que facilitasse a votação. Se houver concordância por partes dos conselheiros, passa para a votação apenas para essas sete entidades. Caso tenha alguma entidade que alguém entenda que esteja faltando essa relação, que deveria fazer parte vamos abrir para que se manifestem. Com a palavra Dra Fernanda, sugere que seja votada em duas entidades de uma vez e não deixar fechado para votar somente nas sete, mas nas doze que foram habilitadas. Telles leva aos conselheiros a sugestão da Dra Fernanda para que se manifestem se são favoráveis a votarem nas 12 entidades habilitadas ou nas sete selecionadas pelo Conselho Gestor. Com a palavra Maiara Resende, que gostaria de registrar que fez parte do Conselho Gestor, que analisou e leu todos os projetos e considerar que conselheiro na plenária mencionou que não leu os projetos, acha importante considerar essa hierarquização. Com a palavra Lincoln Delgado, que participou



da Câmara Técnica, e que repete um reforço do Renato Veneziani que já presidiu o Comitê durante muitos anos. A plenária apesar de ter realmente um comando de decidir o que vai fazer ou não, há um respeito muito grande as câmaras técnicas, porque elas acabam se aprofundando mais nas temáticas, e na análise. E, portanto, trazem as coisas mais mastigadas para a plenária, e, repetindo as palavras da Maiara, eu tenho certeza que algumas pessoas por falta de tempo, obviamente, não conseguiram se debruçar nos detalhamentos dos projetos, coisa que a Câmara Técnica o fez. Então, diante disso, Lincoln pega carona no que a Maiara falou, dispensar inúmeros projetos, que são muito interessantes, mas não tem recurso para todos e seria uma matemática impossível contemplar mais do que três projetos, essa é uma matemática que todo mundo vai conseguir fazer. Em respeito à Câmara Técnica que se debruçou e não hierarquizou senão porque uma questão de importância, senão porque tem uma política ambiental, do município, porque existem projetos que são muito parecidos, mas um tema talvez uma abrangência maior que o outro, ou seja, foram inúmeros os critérios que nos debruçamos para poder chegar numa certa hierarquização. Então em respeito a todos os projetos que foram apresentados, a plenária é soberana, se ela votar que deve ser diferente da manifestação da Maiara e da minha, mas eu diria que em, em respeito à Câmara Técnica ter se debruçado nisso e verificado realmente que projetos são mais ou menos importantes, acha que seria, mais razoável, porque senão também ficaremos aqui ainda mais algumas horas em reunião, Com a palavra Renato Veneziani, que informa que também faz parte da Câmara Técnica. É evidente que a plenária é soberana para isso, mas que deveria colocar em votação nesse momento na plenária se nós vamos acatar a decisão da Câmara Técnica ou se vão votar todos os projetos, porque perdemos um tempão para fazer uma filtragem, Sugere que se coloque em votação os sete projetos, fica bem democrático dentro da plenária. Lembra que todos os projetos estão muito bons e realmente deu trabalho para fazer a priorização. Teles pergunta a Dra



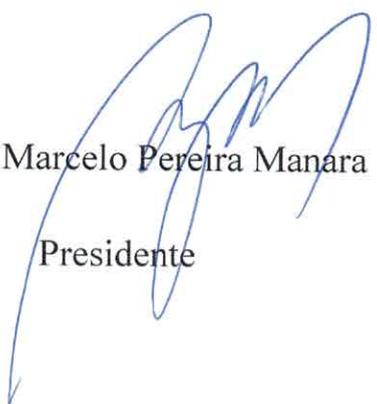
Fernanda se ela aprova a metodologia ou não? O “não” seria para que os 12 sejam votados e o “sim” é para que somente os sete sejam votados. Dra Fernanda se manifesta e gostaria de deixar totalmente claro que respeita o trabalho da Câmara Técnica, parabeniza a todos. Sabe o quanto é trabalhoso perder hora de trabalho e ficar debruçado sobre um tema, mas particularmente, neste caso, informa que tem dois projetos de sua preferência, então vota em todos que estejam habilitados. AEA ausente, ABES ausente, Univap Valdirene vota por todos habilitados, mas Teles pede desculpas e como a UNIVAP faz parte dos interessados com projeto não pode votar. Lembra também que o IRG não pode se manifestar. A Unip se manifesta favorável ao que está dentro do estabelecido desde o princípio, e no documento que abriu para escolha e determinação da utilização da verba da Fundação. Teles explica que a Câmara Técnica fez uma recomendação e essa metodologia teria que ser aprovada ou não pelo plenário. IEPA, ausente, Grupo Suçuarana, ausente, GCE do Lincoln, já se manifestou, Associação dos Representantes dos Moradores Jardim Cristina, ausente, Associação dos Moradores Set Ville, ausente. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São José dos Campos, Ausente, Ciesp, Wagner sugere pela Câmara Técnica para os projetos já selecionados, Sindicato Rural, Renato Veneziani, responde que já fez sua colocação, Aconvap, Fabiana, respeita o trabalho da Câmara Técnica, e opta por votar nos pré-indicados. Telles passa para o poder público, Maiara está sinalizando aqui que concorda com a Câmara Técnica. Juarez sinalizou que concorda também com a Câmara Técnica. Andrea ou Valdir ausentes, Rodolfo sinalizou que concorda também com a Câmara Técnica. Gard, o Daniel concorda com os pré-selecionados, pela saúde, a Gabriela ausente, Educação, Daniele de Freitas concorda com a Câmara Técnica. A Side, Vinicius ou Rodolfo, ausentes, Marcos de São Francisco Xavier, ausente, SMC Francisco Godoy ou André ausentes, Urbam, Marcos Almeida concorda, Semob, Alana ou Ronaldo, concorda também, Cetesb, Sabesp e EDP, ausentes. Teles computa os

votos, com 11 conselheiros que aprovaram a metodologia do FUMCAM e dois não aprovaram a metodologia. Então conclui que serão votados os sete recomendados pelo Fumcam. Explica que a votação vota-se por rodadas e podemos utilizar também a metodologia que a Fernanda colocou, vota em dois projetos cada um e os projetos que tiverem mais votos são os vencedores. Foram setes projetos que após debates internos no Conselho Gestor do Fumcam, chegou-se à conclusão que seriam os mais recomendados no momento. Isso não significa que os demais projetos são ruins, é ou não têm relevância ambiental, pelo contrário, foi uma forma de facilitar o e criar uma metodologia de votação para a plenária do COMAM. Seria um modo também da Câmara Técnica que se debruçou em cima dos projetos apresentarem o seu trabalho, a sua visão. Retomando a discussão, infelizmente a FVE e IRG não podem fazer defesa ou votação dos projetos segundo o edital. faremos a contagem e a classificação final dos projetos. Cada um vota em dois projetos, iniciando com Maiara que vota em CAEB e COOPERTECH, Juarez do Departamento de Gestão Ambiental vota em PRÓ-CARNIVOROS E OBRA SOCIAL CELIO LEMOS, Rodolfo da SEURBS vota em PRÓ-CARNIVOROS e OBRA SOCIAL CELIO LEMOS, UNIP vota em FVE e CAEB, Daniel do GARD vota em OBRA SOCIAL CÉLIO LEMOS e CRAS UNIVAP, Gabriela da Saúde vota em PRÓ-CARNÍVOROS e OBRA SOCIAL CÉLIO LEMOS, Dra Fernanda da OAB vota em CAEB e FVE, Daniele da Secretaria de Educação vota COOPERTECH e OBRA SOCIAL CÉLIO LEMOS, Lincoln Delgado vota em REGENERAÇÃO GLOBAL e FVE, Marcos da URBAM vota em COOPERTECH e FVE, Wagner da CIESP vota em CCOPERTECH e CAEB, Alana da SEMOB vota em PRÓ-CARNÍVOROS e OBRA SOCIAL CÉLIO LEMOS, Sindicato Rural Renato Veneziani vota em PRÓ-CARNIVOROS e OBRA SOCIAL CELIO LEMOS, Fabiana da Aconvap vota em OBRA SOCIAL CELIO LEMOS e FVE. Teles computa os votos e em primeiro lugar com sete votos ficou a Obra Social Célio Lemos, e segundo lugar com seis

votos ficou a Univap- FVE, em terceiro houve um empate entre o Caeb, Monitoramento de Fauna e o Pró-Carnívoros com cinco votos. Para desempate dessas duas entidades, conseqüentemente um vai ficar em quarto, em quinto lugar ficou a Coopertech e em sexto lugar ficou o IRG e em sétimo lugar ficou a Vale Verde. Inicia a votação para o desempate entre PRÓ-CARNIVOROS e CAEB. Antes Lincoln menciona que foi um motivo de um debate também no Conselho na Câmara Técnica de contemplar três projetos seria interessante em vez de dois termos da votação fica difícil, mas a plenária de repente pode colocar em votação alguma coisa nesse sentido e nós contemplaríamos três projetos. E para complementar faz um apontamento com referência aos dois primeiros colocados, caso tenham algum problema técnico como mencionado pelo Teles e que não permita que eles sigam adiante com o projeto, obviamente, segue uma seqüência lógica de colocar a hierarquização que você mesmo apontou, para tentar ser justo de usar o dinheiro público e não devolver aos cofres. Teles cita que o plenário é soberano, então a podemos colocar para votação essa terceira colocação. Dra Fernanda se manifesta e acha a ideia do Lincoln e da Fabiana muito boa, principalmente, se eventualmente algum dos dois, o "A" ou "B" tiver algum problema passa pro "C", mas acha a ideia positiva. Com a palavra Juarez, que acredita que a condução do Dr. Teles nessa seqüência da hierarquização, está muito coerente e sugere continuar a classificação do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugar, mesmo porque, não se trataria de devolver o recurso, mas de repente se faltar 20.000 reais, o próprio COMAM poder suplementar o valor para o terceiro colocado e assim seguiríamos com aquele critério da hierarquização que nós iniciamos aqui por grau de importância que cada um julgou no seu projeto. Sugere que a hierarquização do primeiro até o quinto e havendo possibilidade de talvez suplementar 20.000 ou 30.000 reais nesse recurso e o próprio COMAM tem autonomia e de repente tocamos três projetos com valores redondos. Teles mostra preocupação de acabar beneficiando, algum projeto que ficou atrás da

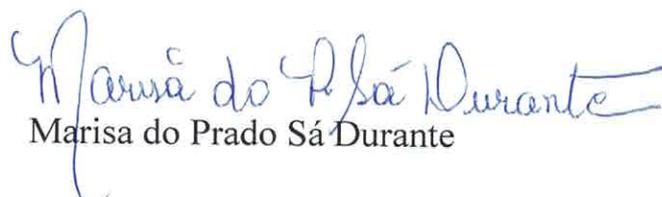
classificação em detrimento de algum que ficou na frente. Uma possibilidade seria fazer uma provocação ao jurídico, verificar se há a viabilidade ou de complementação dos recursos para o terceiro colocado ou se há a possibilidade, considerando que, há recursos disponíveis para que seja aproveitado por aquele que se encaixe. Internamente, poderia ser feito essa provocação junto ao jurídico e ver se é possível ou não apesar da plenária ser soberana, existe essa preocupação também. Lincoln concorda com as palavras do Teles e acredita que tem recursos no Fumcam para os projetos e sugere lançar ainda para esse ano, em tempo hábil um novo edital e contemplar projetos importantíssimos. Lincoln cita o terceiro lugar dos lobos, e como um projeto desses seguir em frente, sabemos do conflito da fauna e que já se gastou dinheiro do Fumcam para fim talvez menos nobre coloca-se como cidadão e pede que haja se faça uma provocação para o jurídico da prefeitura, sim, e também o próprio COMAM se debruçar em verificar mais recursos para que se possa contemplar três ou quatro projetos. Teles se compromete a fazer essa provocação para o jurídico tanto sobre a possibilidade de complementação para que o terceiro colocado também receba esse recurso, ou sobre a possibilidade que os terceiros colocados, estão com valores superiores à reserva dos recursos, se o quinto colocado poderia abranger essa reserva para que não haja sobra do valor aprovado pelo Fumcam. Continua e pede que os conselheiros votem no desempate do terceiro lugar, PRÓ-CARNIVORO e CAEB. Iniciada a votação com Dra Fernanda que vota em CAEB, Unip vota CAEB, Lincoln vota PRÓ-CARNIVOROS, Ciesp Wagner vota CAEB, Aconvap Fabiana vota CAEB, Maiara vota CAEB, Juarez vota PRO-CARNIVOROS, Rodolfo vota PRO-CARNIVOROS, Daniel vota CAEB, Gabriela vota PRO-CARNIVOROS, Daniele vota CAEB, Marco Urbam vota CAEB, Ronaldo Semob vota PRO-CARNIVOROS, Concluída a votação o CAEB ficou em terceiro lugar com oito votos e o PRO-CARNIVOROS cinco votos. A classificação ficou Caeb em terceiro lugar, Pró-Carnívoros em quarto lugar e em quinto lugar a Coopertech. Então

vamos fazer a provocação ao jurídico verificando a possibilidade de complementar para o terceiro colocado, se isso se encontra juridicamente adequado ou a possibilidade da gente utilizar o recurso, a sobra, que não foi aproveitada nesse chamamento para o quinto colocado que é o Coopertech. Teles pergunta se alguém gostaria de se manifestar, ninguém, então agradece a todos pelo comportamento na reunião, pelo modo como as coisas foram tratadas. Isso só anima a fazer um novo edital assim que possível. Aproveitar esse recurso público para que esses cientistas, essas entidades, instituições, tenham um financiamento e consigam desenvolver um bom trabalho em São José dos Campos. Nada mais a tratar Teles encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

